



Memoria americana

ISSN: 0327-5752

ISSN: 1851-3751

Instituto de Ciencias Antropológicas, Facultad de Filosofía
y Letras, Universidad de Buenos Aires.

de Souza, Almir Antonio; Lino, Jaisson Teixeira; Araújo, Fábio
A Fronteira Sul e as andanças do Cacique Doble entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina (1852-1864)

Memoria americana, vol. 29, núm. 2, 2021, Julho-Dezembro, pp. 129-147

Instituto de Ciencias Antropológicas, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.

DOI: <https://doi.org/10.34096/mace.v29i2.10072>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=379972681008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

A Fronteira Sul e as andanças do Cacique Doble entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina (1852-1864)



Almir Antonio de Souza*

Jaison Teixeira Lino**

Fábio Araújo***

Fecha de recepción: 31 de marzo de 2021. Fecha de aceptación: 11 de Julio de 2021

Resumo

O presente artigo se insere no campo da história indígena e toma por recorte temporal o século XIX, e o amplo território denominado Fronteira Sul pelas fontes históricas utilizadas no estudo. No texto buscamos investigar parte da trajetória de um personagem histórico, a liderança indígena Kaingang Cacique Doble, cuja atuação desenvolveu-se no período e no cenário mencionados. Ao olhar para a trajetória de Doble, também observarmos as relações que essa liderança manteve com os não-indígenas, agentes colonizadores, e também com os próprios indígenas na luta pela manutenção de seu território tradicional. Os deslocamentos de Doble pelo território Kaingang, as relações de naturezas políticas e diplomáticas com indígenas e não-indígenas, observados através das fontes históricas, nos sugerem uma compreensão mais ampla sobre o conceito de fronteira que, no caso particular de Doble, se revelou uma fronteira muito dinâmica, um local de encontro entre diferentes, posto de comunicação e trocas diversas entre os diversos agentes.

Palavras chave

cacique Doble
Fronteira Sul
Kaingang

The Fronteira Sul (Southern Brazilian Frontier) and the wanderings of Cacique Doble between Rio Grande do Sul and Santa Catarina (1852-1864)

Abstract

The present article is part of the field of indigenous history; it takes the 19th century as its time frame and the wide territory named *Fronteira Sul* (Southern Brazilian Frontier) in the historical sources used in this study. Throughout

Key words

cacique Doble
Fronteira Sul
Kaingang

* Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis/ Santa Catarina, Brasil.
E-mail: almirppo@gmail.com

** Docente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).
Chapecó/ Santa Catarina, Brasil. E-mail: lino@uffs.edu.br

*** Mestre em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Chapecó/ Santa Catarina, Brasil. E-mail:
fabio.ecohi@gmail.com

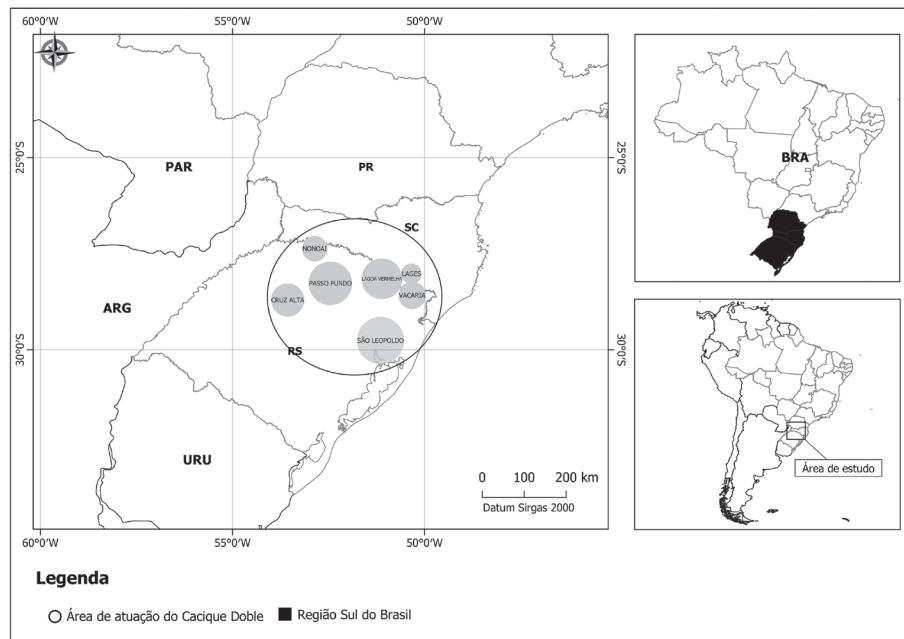
the text we seek to investigate part of the trajectory of a historical figure, the indigenous Kaingang leader named Cacique Doble, whose leadership took place in the above-mentioned period and scenario. Analyzing Doble's trajectory allows to examine the relationships this leader maintained with non-indigenous, colonizing agents, and with the indigenous themselves in the struggle to hold their traditional territory. Doble's movements across the Kaingang territory and the political and diplomatic relations with indigenous and non-indigenous people, observed through historical sources, suggest a broader understanding of the concept of frontier, which in Doble's particular case has proved to be a very dynamic frontier: a meeting place for different people, a point of communication and exchange among the various agents.

Introdução: A Fronteira Sul do Cacique Doble

1. Vamos adotar ao longo do artigo a *Convenção para Grafia de Nomes Indígenas*. Esta “Convenção” foi assinada por participantes da 1^a Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), realizada no Rio de Janeiro, em 1953, de modo a uniformizar a maneira de escrever os nomes das sociedades indígenas em textos em língua portuguesa. Foi publicada na *Revista de Antropologia* 2 (2): 150-152, São Paulo, 1954 e posteriormente nas primeiras páginas -não numeradas- do volume organizado por Egon Schaden (1976).

2. Na primeira metade do século XIX, a Província de São Paulo estava dividida em seis comarcas. Sendo a 1^a de Bananal, 2^a de São José, 3^a de Jundiaí, 4^a de Itu, 5^a de Curitiba e 6^a de Cananéia (Müller, 1978: 35-89). Até 1812, a sede da ouvidoria das terras ao sul da capitania de São Paulo estava instalada em Paranaguá. A partir dessa data, o núcleo administrativo foi transferido para Curitiba determinando a quinta comarca de São Paulo, também conhecida como comarca de Curitiba (Leite, 2006: 14-15).

Os atuais Kaingang¹ são os remanescentes dos povos originários que no início do século XIX habitavam o território que era a parte primeira das terras meridionais das províncias no Brasil e por isso, compõe até o surgimento da província do Paraná em 1853, a Quinta Comarca de São Paulo, a Fronteira Sul da província, criada a partir de 1812, também conhecida como comarca de Curitiba.² Aprumava-se em uma longa extensão de terra, da qual faziam parte a grande província de São Paulo, uma pequena parte na província de Santa Catarina, e outra nas fronteiras com a província de São Pedro. Na direção oeste e sul confrontava com as províncias hispano-americanas, atualmente essa região é chamada de Planalto Meridional.



De acordo com Lino (2015), essas populações habitavam essa região basicamente na direção Oeste a partir da margem ocidental da Estrada do Sul, o caminho de tropas de Viamão que unia os campos de criação de gado dos pampas da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, passando pelos campos de Lages até a vila de Sorocaba -a principal feira de gado da província de São Paulo. No século XIX no interior do Sul do Brasil saindo das praias, entre litoral e planalto e, depois desse, nas encostas das serras, na mata fechada, nos grotões encostados aos penhascos, nos campos e faxinais, nas matas

próximas às montanhas, nos capões, nos bosques e florestas de araucária, habitava considerável população.

Ao contrário do pensamento do “vazio demográfico”, dos “sertões incultos” e das terras devolutas sugerido por Piazza (1994) e criticado por Mota (1994), existia uma significativa densidade demográfica na região referenciada como Fronteira Sul, como é possível ver em uma historiografia consagrada ao tema que guarda exemplos nos estudos de Tommasino (1995), Noelli (1999), Silva (2001), Lino (2015), Wartha (2018), entre outros. Denominados de “bugres”, “gentio bravio”, as populações originárias -os indígenas- eram vistos como uma ameaça. Durante o período que aborda esse estudo no sul do Brasil existia uma diversidade de grupos como os Xokleng das matas ao sudeste da província de São Paulo (Francisco, 2006; Castro, 2011), já nos limites com a província de Santa Catarina, ou como os Guarani e Kaiowa, e os Xetá, já próximos à fronteira com o Paraguai e Mato Grosso. Porém a grande extensão de terra denominada Planalto Meridional era habitada majoritariamente pelas populações que hoje se autodenominam Kaingang. Ocupavam o interior os chamados sertões incultos por onde, segundo a ótica dos conquistadores, erravam internados na *barbárie*.³ Como afirma Toledo (2020), esses povos indígenas pertencem ao tronco lingüístico Jê, ou às sociedades Jês, no período colonial eram chamados de Tapuias e Guainás. Suas origens no Sul do Brasil, dentro do que é plausível e já foi apontada por Monteiro (2001), remonta às primeiras invasões dos territórios indígenas quando da chegada dos europeus no início do século XVI. De acordo com John Monteiro (2001), os Guaijanás que aparecem nas fontes do período tratam-se sem sombra de dúvida de ancestrais dos Kaingang. Essas populações indígenas manejavam um território histórico que a partir da Província de São Paulo confrontava ao sul com a província de São Pedro do Rio Grande do Sul e Uruguai, a oeste com Misiones em regiões de fronteira com Paraguai e Argentina, e a leste com as matas fechadas da serra do mar e os Xokleng que nela viviam. Sua grande área de domínio, desde São Paulo até as fronteiras com Uruguai, Argentina e Paraguai, deixa claro as condições de mobilidade destas populações, evidenciam um enorme território de perambulação firmando sua condição de seminomadismo. Esta condição de mobilidade permanece até o final do século XIX, inclusive como forma de resistência à ocupação e invasão de suas terras no Brasil Meridional como nos auxilia a pensar Laroque (2009) e Pineiro (1992), e como indica Busolli (2018) os Kaingang não abdicaram em momento algum de circular pelos seus territórios tradicionais.

No século XIX as fronteiras do Sul no Brasil imperial avançavam em direção às terras indígenas. A ocupação do território com a colonização resumia-se ao litoral, e cidades mais próximas desse litoral. O interior ainda era um mundo a ser inventado com o influxo da colonização dita civilizada, com seu desejo maior de invadir e ocupar as terras habitadas por inúmeros povos indígenas. Era preciso fazer avançar a fronteira agropastoril, plantar produtos básicos e viáveis, como o milho e o feijão, e principalmente criar animais.

Dentro dessa perspectiva, podemos centrar uma discussão na região de estudo. Essas fronteiras, de acordo com Silva e Barcelos (2009), faziam parte de um mundo peculiar onde a criação de animais combinada com uma agricultura quase que de subsistência descortinava um mundo a ser inventado, e os conflitos que se estabelecem são fluidificados por campos de tensão. Nessas fronteiras, mesmo em um contexto de guerra, não descarta a possibilidade de compreensão que o conflito em um viés basicamente de coerção não impede a aproximação de corpos e mentes dentro de um território. A exemplo do que

3. Os “errantes” era como denominavam os conquistadores invasores o *modus vivendi* dos povos em seus vastos territórios históricos, como os Kaingang que ocupavam boa parte da região em que estudamos, o oeste e arredores do chamado Caminho do Sul, que unia Viamão, Vacaria, São Borja, Cruz Alta, Lages, Lapa, Ponta Grossa, Castro, Itapeva, Itapetininga e Sorocaba, ou seja, juntava as principais estâncias produtoras de gado sulinas à grande feira de venda e compra de animais - a feira de Sorocaba.

afirma Martins (1996: 27), para quem a fronteira é um ponto de convergência local de encontro das pessoas que “por diferentes razões são diferentes entre si”, e é isso que permite momentos entre indígenas e não indígenas que vão desde a guerra até a paz, as alianças e traições, os diálogos e negociações de tratados em uma intensa ação política e diplomática das populações indígenas com as populações invasoras de suas fronteiras. Convém destacar que o conceito de fronteira convoca a presença do elemento humano bem como o elemento territorial, portanto faz-se necessário reconhecer o último como elemento constitutivo da fronteira. Andreis (2009: 13) ajuda a entender a indissolubilidade dos conceitos de espaço e território e assinala que “não há espaço que não seja território”, e avançando nesse entendimento afirma território enquanto um lugar de domínio de um grupo, neste caso os Kaingang, sublinhando a existência de fronteiras entre os espaços.

A fronteira aqui estudada era chamada nos documentos do século XIX como a Fronteira Sul. Nos anos em que o estudo aborda a trajetória do cacique Doble, entre 1852 e 1864, já havia sido criada a província do Paraná, todavia uma grande região do oeste de Santa Catarina e parte do Rio Grande do Sul eram terras interfronteiriças ainda indefinidas. Nos pontos extremos dessa fronteira, já próximo a São Pedro e Santa Catarina, numa região que compreendia lugares como Vacaria, Campo do Meio, Lages, Pontão, Lagoa Vermelha, Corisco, Nonohay e Cruz Alta, a intensificação de conflitos entre indígenas e não-indígenas era acentuada. A investigação que se apresenta tenta demonstrar as lutas dos indígenas do Planalto Meridional em torno da manutenção de suas terras ancestrais, por meio de uma pequena parcela da trajetória do controvertido Cacique Fagundes Ferreira Doble, cuja história está na origem de uma cidade: Cacique Doble.

Durante boa parte do século XIX era lugar de perambulação de grupos Kaingang e por onde transitavam as andanças do referido comandante indígena. O primeiro ponto do artigo traz as circunstâncias e ações de Doble em São Pedro do Rio Grande do Sul, cujo desencadeamento, determinantes de um contínuo deslocamento, o fizeram cruzar a fronteira com Santa Catarina e tentar a sorte nos Campos de Lages. O segundo subitem é a análise do tempo em que Doble permanece em Santa Catarina e de como se relaciona com a população e autoridades locais. As viagens ocorridas em Santa Catarina envolviam significados além do simples conflito, envolviam alianças e negociações, amigos e inimigos, guerra e paz, indígenas e não indígenas. O último ponto traz a derradeira fronteira e peripécia de Doble que, após ter prestado uma série de serviços ao Império e governo provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul, é “recompensado” ele e seu grupo com roupas velhas de soldados infectadas com varíola e acaba encontrando a morte. Ao final, se incita a pensar sobre as condições concretas da ocupação das terras meridionais e o protagonismo histórico do controvertido comandante indígena e suas muitas fronteiras.

Por fim, as fontes utilizadas no trabalho foram pesquisadas no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC), no Arquivo Público do Paraná (APPR) e no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS). Os relatórios de Presidente da Província foram pesquisados na rede mundial de computadores, no respectivo site: Provincial Reporters, Center for Research Libraries, da Universidade de Chicago.⁴

4. Disponível em Internet: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>.

Guerras e fronteiras. O Kaingang Doble em terras de São Pedro do Rio Grande do Sul

Em janeiro de 1852, um grupo de indígenas liderados por Nicué, também chamado de João Grande, adentra em uma estância nos termos de São Leopoldo, na Colônia Mundo Novo, e realiza um assalto resultando em mortes, raptos e pilhagem. O Vice-Presidente da Província em relatório de outubro de 1852 relata que “A 8 de Janeiro accometterão uma casa, matarão o alemão Pedro Wadenpuhl, e raptarão sua mulher, cinco filhos menores, e uma filha casada”.⁵ O Presidente concluía dizendo que o Delegado do distrito havia formado uma “partida de quarenta homens paisanos. Porém nem aquelles foram encontrados, nem resgatadas as pessoas raptadas”.⁶

Quinze meses depois do ocorrido a família Wadenpuhl ainda estava desaparecida. O que iria mudar o curso desta história seria a fuga da filha de Pedro Wadenpuhl, Maria, que descreveu o lugar de esconderijo de Nicué. A oportunidade apareceu para Doble, conchedor das matas e inimigo de Nicué, foi convidado para realizar a perseguição juntamente com os homens do Capitão Francisco Miller. Em março de 1853 todos os seqüestrados foram resgatados com vida, e morreram na ação conforme palavras do Presidente da Província “o bugre João Grande e os de sua horda, autores das depredações de que foi aquelle termo vítima durante dous annos”.⁷

Maria Wadenpuhl iria virar Maria Bugra, e suas histórias fariam parte de um folhetim intitulado: “Maria Bugra: episódio dos princípios da colonização alemã” publicado em 1931 no jornal “5 de Abril” na cidade de Novo Hamburgo, como acabou sendo chamada toda a região que ia do Vale do Rio dos Sinos até os Campos de Cima da Serra. O folhetim nesse caso foi um elemento privilegiado para a construção da identidade da cidade. O elemento indígena foi estereotipado como indolente e selvagem, e do outro lado o elemento germânico incorporava o labor e o mundo culto. Nesse caso, se constrói a identidade e se justifica a invasão e o extermínio dos indígenas pela sua bestialidade e selvageria, representada nos raptos de Maria Bugra -alcunha pela qual ficou conhecida Maria Wadenpuhl (Puhl *et al.*, 2007); e essa aparece como uma heroína que imaculada retornaria ao lar e o marido.

As representações do indígena como inimigo cruel e selvagem foram utilizadas como argumento para conflitos e guerras fundamentadas no extermínio dos povos originários e espoliação de seus territórios, como bem afirmam Francisco (2006) e Saldanha (2015). As expedições punitivas eram implacáveis, como a perseguição ao grupo de João Grande, comandada por Doble e o Capitão Francisco Muller. É possível que o ataque ao grupo de João Grande tenha sido orientado dentro das técnicas de guerra contra os indígenas já estabelecidas em múltiplos combates em toda a América, de surpresa, ao amanhecer, matando os resistentes e aprisionando como cativas mulheres e crianças. O governo, nesse relatório não fala em sobreviventes, limita-se a dizer que foram mortos os de “João Grande e sua Horda”. Tampouco é apresentado algum preso para ser processado nas formas da lei. Tudo indica que nesse caso o assassinato do grupo de João Grande sequer tenha sido pensado como algo criminoso; imperava, nesse sentido, a força da tradição, dos usos e costumes é de uma implícita guerra justa que ainda ecoava dos tempos da chegada dos primeiros invasores às terras dos povos originários.

Os moradores da Colônia “Mundo Novo” queriam recompensar de seus bolsos o comandante Doble, mas o Governo de São Pedro tomou para si esta

5. Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 1 de outubro de 1852. Porto Alegre, Typografia do Mercantil, 1852. Tranquilidade Pública-Segurança individual, p. 5.

6. Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello

7. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, na abertura da assembléia Provincial em 6 de Outubro de 1853. Porto Alegre, Typografia do Mercantil, 1853. Judiciário-tribunais; crime, p. 6.

8. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, na abertura da Assembleia Provincial em 6 de Outubro de 1853. Porto Alegre, Typografia do Mercantil, 1853. Índios, Cathequese, p. 26.

9. Correspondência do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú ao cidadão Felipe José de Souza da aldeia de Vacaria, em 19 de março de 1853. AHRS. Seção Manuscritos. Arquivo Índios. Diretoria de Aldeamento. Aldeia de Vacaria. Correspondência passiva do Diretor do Aldeamento Felipe José de Souza. 1853, maço 2.

10. Correspondência do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú ao cidadão Felipe José de Souza...

11. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, na abertura da Assembleia Provincial em 2 de Outubro de 1854. Porto Alegre, Typografia do Mercantil, 1853. Índios, catequese, pp.30-31.

12. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú...

atribuição e fez o pagamento utilizando os cofres públicos.⁸ Uma das intenções do governo era aldear Doble e seu povo.

Conforme Dornelles (2011), Doble era uma liderança nos campos de Vacaria e Campos do Meio e do Pontão, numa extensa região desde Cruz Alta, Passo Fundo, Nonoai, Lagoa Vermelha, Vacaria e Lages, perambulava por estes lugares e buscava o que necessitava para a sobrevivência de seu povo junto ao governo, e em troca dissimulavam aceitar as condições de aldeamento que nem sempre eram cumpridas. A dissimulação também pode ser vista como tática de atuação. Doble não se deixou aldear, continuou entre os campos do Meio e do Pontão, embora o Governo tenha se empenhado nesse sentido (Bringmann, 2010). Em correspondência de 19 de março de 1853, ao cidadão Felipe José de Souza de Vacaria o Presidente da Província João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú comunicava sua resolução de lhe encarregar o cuidado do aldeamento do povo de Doble, “não somente por confiar no seu zelo e probidade, como por saber que sobre aquelles Índios e seu Chefe exerce o referido Cidadão grande ascendência pelo amor e caridade com que sempre os tem tratado”.⁹ Embora na correspondência o governo colocasse à disposição os cofres públicos, principalmente no que se referia a usar a verba de custeio da ‘Colletoria do Pontão’,¹⁰ na prática as verbas eram escassas, isso quando eram pagas, e o custeio da alimentação de 100 ou mais pessoas requeria uma logística razoável. Tal fato deve ter colaborado para a não concretização do aldeamento de Doble, além do que a própria resistência do comandante indígena.

No ano de 1854, Doble e seu grupo ainda são notícia nos relatórios do Presidente da província à Assembléia Provincial. O Governo dizia que após as ordens de 10 de agosto de 1853 os comandados de Doble seguiam para o aldeamento de Nonohay:

mas infelizmente aconteceu que nesse tranzito do Pontão para Nonohay, andando a caça foi sua gente batida de surpresa por uma tribo desconhecida, de cujo encontro resultou ficarem alguns feridos, e perderem tudo quanto havião recebido desta Presidência como presente”.¹¹

Doble, desconfiado que o ataque a seu grupo tenha partido de seus rivais -Pedro Nicafim e Vitorino Condá, como vingança pela morte de João Grande da qual eram aliados-, permaneceria entre os Campos do Meio e do Pontão como aparece abaixo, no mesmo relatório:

Em vão tentarão os mensageiros do Director Oliveira persuadil-o de tornar ao Nonohay, prometeu fazel-o mais tarde, mas segundo as ultimas notícias que tenho de Felippe José de Souza, da Vaccaria, ainda por alli se conserva errante com a sua tribo, mas inoffensivo.

Os aldeados da Guarita commandados pelo Capitão Fongue, montão a 289. As tribus do finado Cacique Nonohay, de Nicofé, Condá, e Conhafé montão a 346, total 635.¹²

O governo pretendia colocar todos os indígenas num grande aldeamento de Nonoai (Braga, 2006), mas não levava em consideração a organização social e política dos Kaingang com seu faccionalismo e parcialidades (Veiga, 2006). Juntar rivais em um mesmo aldeamento era uma tarefa árdua. Doble deixa claro que ir para Nonoai é algo para mais tarde, ou seja, quando as condições lhe fossem favoráveis. Vitorino Condá nessa época já havia se convertido em uma figura lendária, entre indígenas e também entre não-indígenas, numa

trajetória de relações políticas e diplomáticas que compreendiam uma extensa área de atuação desde os campos de Guarapuava, passando por Santa Catarina até São Pedro. Condá após abrir o caminho pelo oeste catarinense permitindo uma alternativa mais rápida para o antigo caminho das tropas, desde Guarapuava até Nonoai, tarefa que se desejava concluir desde o início do século, acaba recebendo o título de comandante dos indígenas em Nonoai, onde convive com grupos de aliados comandados pelo velho Nonoai, Votoro, Conhafé e Pedro Nicafim -a quem casara com uma de suas filhas. Como Condá e seu genro Nicafim permaneciam nos campos de Nonoai, ao Cacique Doble neste momento lhe restava continuar em seu território de perambulação nos campos da Vacaria, ou aventurar-se em terras do outro lado do rio Pelotas o distrito de Lages. No excerto retro citado chama à atenção a informação que Nonoai está morto, o que deve ter acontecido no início de 1854, e assim ficava enfraquecida a aliança de Condá e Nicafim -que já havia perdido outro aliado, Nicué (João Grande).

Nos meses seguintes, Doble apertado novamente pelas condições impostas de insegurança patrocinada pelos grupos rivais e devido à perda dos equipamentos e presentes obtidos junto ao governo, e também provavelmente pelas condições precárias estabelecidas em Vacaria, vai buscar novas paragens para seu povo.

O Kaingang Doble nos campos de Lages

No dia 16 de fevereiro de 1855 Doble e seu grupo, com mais de 100 pessoas, atravessam o rio Pelotas e ingressam na Província de Santa Catarina, nos campos de Lages, em busca de melhores condições de sobrevivência. O Delegado de Lages, Guilherme Ricken, às voltas com ataques e incursões dos Xokleng à região, ao saber do ocorrido pelo Inspetor de Quarteirões dos Baguaies tratou de comunicar o evento ao Presidente da Província João José Coutinho:

Em o meu officio de 18 do corrente participei a V.x. do apparecimento do Gentio Botocudo a beira do campo na direção da Serra Geral, onde estão fazendo estragos nas Criações dos moradores, e agora tenho a participar que em occasião de estar dando providencias para os afugentar, recebi a participação do Inspector do Quarteirão dos Baguaies de que huma porção de Indios Coroados que se achavão aldeados no Municipio da Vacaria, passarão o rio de Pelotas no dia 16 do corrente, encaminharão-se para esta Villa, onde entrarão antes de hontem a tarde em numero de 100 mais ou menos, com mulheres e muitas crianças capitaneados pelo cacique Dobre, de quem V.Ex^a já deve ter noticia, e que logo me procurou. Perguntando-lhe a que vinha disse-me que vinha me visitar, e que sua gente estava com fome.¹³

O relatório prossegue com a descrição da instalação de Doble e seu grupo nas margens de um arroio na vila de Lages, onde foram lhes servidos algumas provisões pois os mesmos se encontravam em grave penúria e fome, além de estarem praticamente sem vestimentas conservadas, havendo reclames de que não estavam conseguindo alimentá-los o suficiente.

O Delegado em um primeiro momento está preocupado com os “Bugres Botocudos”, os quais eram vistos como Bravos; em um segundo momento vai estar preocupado com os indígenas Coroados, especificamente os do Capitão Doble que são vistos como indígenas mansos. O que chama a atenção é o motivo da ida de Doble para os campos de Lages, o qual inquirido pelo Delegado

¹³. Correspondência do Delegado de Lages Guilherme Ricken ao Presidente da Província João José Coutinho sobre a entrada em Lages de cerca de 100 coroados capturados pelo Cacique Dobre, em 22 de Fevereiro de 1855. APESC. Série: Ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da província (1842-1892). Acervo 1, estante 3E, caixa 36. Transcrição Paleográfica Índios, pp. 19-19v.

respondeu que tinha ido ali para visitá-lo e que seu povo tinha fome. As autoridades da vila providenciam comida, distribuindo farinha, feijão e toucinho e carneando algumas reses. O Delegado continua a falar sobre Doble e seus comandados:

Fallando com o cacique perguntei-lhe se veio com licença de quem os governava lá na Vacaria, disse que não, pois que por lá não havia quem olhasse para elles, o que He de suppôr não ser verdade. Conta me porém por gente vinda da Vacaria, que estes Indios tiverão ordem de se recolher ao Aldeamento de Nonohay em Missões, e que recusarão para ir, por serem muito vadios, e não quererem trabalhar e que os moradores da Vacaria já não os podião aturar. He portanto de suppôr que passassem para Ca, para continuar na mesma vadiação.¹⁴

O relato prossegue, interpretando-se a volta de Doble e sua horda à Lages por conta das já mencionadas “vadições” e solicitando ao governo da província catarinense recursos para sustentá-los e convencê-los a ocuparem alguma área de mata afastada da dita vila. Afirma também que Doble solicitou roupas, cobertores, ferramentas e outros suplementos, notando que o referido indígena “mal falava português”. Ademais, pedem também que se nomeie um diretor para dar conta do aldeamento do grupo sob a liderança de Doble.

Essa correspondência do Delegado Guilherme Ricken, direto do mundo fronteiriço e suas muitas dificuldades e precariedades, revela algumas informações que, cruzadas com outras, compõe um corpus da história social com cores mais intensas. Sem dúvida com o aporte de muitas fontes sobre os acontecimentos que circundam as pessoas e suas trajetórias de vida, é mais fácil produzir uma discussão que não esteja alicerçada apenas em comportamentos psicosociais, e que de uma maneira antropológica são pré-concebidos em teorias herméticas. Desta forma, aqui se pode ao menos induzir que a precariedade fronteiriça, nestes momentos, atingia de forma mais acentuada, principalmente os pobres dos campos e das matas, como os indígenas de Doble. Ameaçados por seus inimigos e pressionados pelas frentes de expansão do processo invasor de suas terras, viam-se na dependência de viver de um jogo de alianças e negociações para buscar bens essenciais como comida, roupas, armas e cobertores para o frio. Sua saída de Vacaria também foi acionada, como vemos, por uma pressão também dos moradores não indígenas, estancieiros, lavradores e sitiantes que já “não os suportavam mais”, e que, portanto, também queriam se livrar do povo Kaingang comandado pelo ‘Capitão Doble’, pois que os entendiam como um “bando de vadios”. Para o Delegado de Lages uma das soluções era que enquanto não se achasse meios para afugentá-los da vila que se procurasse um mato para encostá-los e para viverem da caça e do mel.

Os lugares de caça de Doble estavam cada vez mais reduzidos, do lado leste do caminho para Sorocaba viviam os Xokleng, inimigos históricos, e as suas costas do lado oeste estavam Condá e Nicafim, ao sul estava Vacaria e ao norte estava Lages; dessa forma, o avanço populacional em seu território tradicional também era uma constante. Buscar campos de caça significava arriscar-se cada vez mais, como no relatório de 1853 do Presidente da Província de São Pedro, quando foram atacados ao realizar caçadas em seu caminho para o aldeamento de Nonoi, provavelmente por guerreiros de Pedro Nicafim. No entanto, para as autoridades de Lages, o povo originário daquelas terras tinha recebido ordens para ir a Nonoi e que para lá não foram “por serem muito vadios”. Para o Delegado, a solução era encostá-los no mato para que sobrevivam ou afugentá-los porque entendiam que o contrário era como alimentar

14. Correspondência do Delegado de Lages Guilherme Ricken ao Presidente da Província João José Coutinho sobre a entrada em Lages...

uma “multidão de vadios em suas vadiagens”. O Delegado em resposta ao pedido de roupas, cobertores, facas e machados de Doble diz que sem ordem do governo não lhe podia dar, e que mesmo o governo só concederia seu pedido “enquanto não se aplicassem a trabalhar, para ganharem a vida”. Resposta que não foi bem aceita por Doble. Mas o interessante dessa história é que com o atraso do estafeta que levava a correspondência para a capital, o Delegado no dia 24 de fevereiro escreveu novo ofício, e agora o tom mudou totalmente com a ameaça dos Xokleng aos moradores da fazenda dos Tributos, e sem recursos para montar uma escolta e inclusive sem armamento suficiente, a saída passou a ser contratar Doble para a expedição. Em apenas dois dias Doble e seu povo deixaram de ser vadios e passam a ser soldados ao serviço da Província, como demonstra a comunicação:

Em os meus officios de 18 e 22 do corrente participei a V. Ex^a o ocorrido neste município tanto com os bugres bravos, como com os mansos ao mando do Cacique Dobre, e aproveito a demora do estafeta com o Correio, para levar ao conhecimento de V. Ex^a que no dia 22 deste mez recebi a participação de que os Botocudos em grande numero estavão ameaçando a casa de morada da Fazenda dos Tributos, cujos moradores me pedirão encarecidamente auxilio de armamento e gente, e como não tenho armamento de qualidade alguma, e nem era possível reunir gente com a brevidade que era mister lembrei-me de convidar ao Dobre para com sua gente ir afugentar os Botocudos, por saber que estes doux tribús são inimigos jurados. O Cacique Dobre me respondeu que se eu quizesse fazer hum trato com elle que estava prompto para seguir, porem que queria ir só primeiro para reconhecer o terreno, e ver o rasto dos Botocudos, e quando estava para seguir, lembrou-se talvez que poderia ser alguma cilada que lhe armava, disse me que elle não ia, porem que mandava doux de sua gente para lhe informar do que havia, o que com effeito fez, e voltando estes doux homens antes de hontem a noite, verificarão que pelo rasto que virão e mais signaes que aparecerão era iminente o perigo da quelles moradores.¹⁵

O fato segue sendo narrado no documento referido acima, culminando com a organização de um grupo misto de indígenas e não-indígenas liderado por Doble que avança sobre a área onde os “botocudos” estavam acampados sem, no entanto antes, acertarem os valores do dito “serviço”, sendo pagos com dinheiro e artigos diversos -como facões que foram transformados em pontas de lanças.

Doble aceitou a missão, antes foi fazer um reconhecimento do qual desistiu de fazer ele mesmo temendo uma cilada e mandou dois homens de seu grupo rastream o arranchamento dos Xokleng. Depois de avaliar a situação, Doble aceitou a expedição desde que fossem pagos quatro patações a cada um de seus homens. O Delegado acertou em três patações, ou seja, 2\$ 880 réis para cada elemento do grupo; como eram vinte e quatro o total encomendado seria de 69\$120 réis. Essas quantias geralmente não eram pagas, ou o pagamento era realizado com meses de atraso. A moeda corrente principalmente para pagar peões, jornaleiros, e outros desvalidos do império, como os indígenas, eram bens materiais de sobrevivência, como cobertores, tecidos, facas, comida, pólvora, balas, sal e armas. No caso de Doble não foi diferente, o pagamento foi realizado com tecidos e algumas facas -facas estas que seriam utilizadas na confecção de lanças para a expedição de destruição do arranchamento e captura dos Xokleng. Outro dado interessante é o fato de duas mulheres acompanharem a expedição, juntamente com os vinte e tantos homens de Doble, mais dez do Delegado. Será que eram esposas de Doble ou efetivas

15. Correspondência do Delegado de Lages Guilherme Ricken ao Presidente da Província João José Coutinho sobre o envio de uma diligência de Coroados para afugentar Botocudos que ameaçavam a Fazenda dos Tributos, em 24 de Fevereiro de 1855. APESC. Série: *Ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da província (1842-1892)*. Acervo 1, estante 3E, caixa 36. Transcrição Paleográfica Índios, pp. 20-20v.

guerreiras em ação? O resultado desta expedição o Delegado informou em nova correspondência:

Os Botocudos que capturarão em numero de 11, e dos quaes 6 actualmente se achão doentes, e entre elles huma bugra em perigo de vida, seguirão para essa, logo que seu estado de saude o permitir. Igualmente impossível me é dar a V. Ex^a hua relação exacta da idade e sexos da gente capitaneada pelo Cacique Dobre, e somente direi que seu numero total importou em 92, dos quaes 30 mais ou menos são homens de armas, e o mais mulheres e crianças de todas as idades: que seu estado de civilisação é ínfimo, e que não aproveitarão senão alguns dos nossos vícios. Além do Dobre somente dous homens entendião algumas palavras da nossa língua, e somente respondião quando lhes fazia conta, e tão bem só estes trez sabião servir-se de armas de fogo, sendo os mais armados com arco e frecha, e alguns com porretes. Parecião sadios, apesar de andarem quase nus, a sua comida toda é sem sal, só os homens comião carne e leite, e o sustento principal das mulheres era feijão, e farinha e rapadura, alem do que arranjavão nas lavouras dos moradores em roda da Villa, que ficarão completamente arrasadas. Não se Occupão em trabalho algum, e a sua vida consiste em comer e dormir, a poligamia existe entre elles, e nenhuma Idea religiosa apparece entre elles. Enfim são animaes Brutus, que a não serem sujeitos e obrigados a trabalhar, em breve causarão desgraças infalíveis.¹⁶

16. Correspondência do Delegado de Lages Guilherme Ricken ao Presidente da Província João José Coutinho sobre os resultados da diligência dos Coroados, sobre o estado de civilização desses e a necessidade de sujeitá-los e obrigá-los a trabalhar, em 10 de março de 1855. APESC. Série: Ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da província (1842-1892). Acervo 1, estante 3E, caixa 36. Transcrição Paleográfica Índios, pp. 21-21V.

O documento citado não traz a expedição em campo, no seu momento de atuação, mas se pode ler um relato do seu resultado e alguns aspectos de comportamento do povo de Doble, que agora depois de terem atuado como soldados a serviço do governo, segundo a conclusão do Delegado, retornam à condição de vadios e que devem ser obrigados a trabalhar já que não passavam, nas palavras da autoridade provincial, de ‘animaes Brutus’. Segundo Guilherme Ricken, foram derrotados os Xokleng e feitos onze prisioneiros, dos quais seis estavam doentes e um em perigo de vida, que seguiriam para a capital, assim que seu estado de saúde permitisse. Com relação aos *prets* dos indígenas de Doble, diz que não tem como pagá-los pois tinham se retirado da vila, e mesmo que o deseja-se não teria como fazê-lo já que apenas quatro possuem nome cristão. Os *prets* eram as quantias em dinheiro que eram pagas a qualquer um que prestasse serviços militares, diferente do soldo que era um salário mensal, e a etapa que são os víveres necessários ao militar quando em efetivo serviço. Os componentes do grupo de Doble contados pelo Delegado chegaram a noventa e dois, sendo trinta de armas e os demais mulheres e crianças. Ainda segundo Guilherme Ricken, apenas Doble e mais dois sabiam português e usar armas de fogo, o restante usava arcos, flechas e porretes. Normalmente os que usavam arma de fogo além do comandante eram aqueles que acabavam sendo chamados de Tenentes, pelo menos dessa forma eram vistos pelos não-indígenas. Após a expedição contra os Xokleng, Doble e seu grupo retiraram-se da vila e passam a ocupar uma área no Quarteirão dos Baguais, próximos a picada que seguia para Campos Novos, como se observa na correspondência do Inspetor de Quarteirão Joaquim da Costa Varella:

Sobre os povos deste quarteirão não consta até a data deste haver novidade alguma, está por ora em paz. Passo agora a tratar sobre os Bugres: no dia 27 tive notícia que estavam nas roças dos moradores deste fundo, sobre a picada dos Campos Novos, sendo estas roças na Serra, queixando-se os moradores que lhe estavam destruindo as roças: no dia 28 mandei gente a ver se retiravam. Sahio o Doble disse-lhe que tirasse a gente do matto, que não estivessem destruindo as roças, respondeo que a gente estava doente que não podia; pedio-me rez para carnear que a fome era muita, e remédio para

curar a gente para sahir; disse-lhe que tirasse a gente, que dava, tirou em numero de trinta e tantos; tive de carnear e dar-lhe outras cousas que o dito pedio, e o mais não tem sahido, diz elle que vão pelo matto mesmo: no dia 29 houve muita água, estando estes no Campo tornaram-se a retirar-se para a Costa da Serra e por ahi estão com muita manha. Tenho lidoado com muito jeito a ver se os tiro da Serra: fiz huma Carta dizendo que Foi Felippe José de Souza que o mandava chamar por Ordem do Presidente; ficou muito alegre e disse que ia, mas que era em a gente sarando, e a doença dos ditos é sarampo, certamente terão muita demora para caminharem; por meio de asperidade julgo não poder lidar com elles, porque estão no matto e não estão reunidos: os povos é um clamor sobre seos mantimentos que elles estão estragando, que me veio inquietado; se não fosse tel-os advertido que elles estão apoiados pelo governo, já tinham violentado. Eu tenho suprido com alguma couisa, não anda em menos de sessenta mil reis, para ver se assim os encaminho, os mais não querem suprir com nada, e elles hão de comer, ou dado, ou roubado, ou á custa da Nação, e assim V. S. dará as providencias na certeza que sendo para os violentar rigorosamente, V.S. mandará outro, que eu não o faço sem o apoio do Governo, e elles não terem feito mal. PS. Não escrevia a mais tempo por andar vendo se os Bugres encaminhavam-se.¹⁷

Nas palavras do Inspetor, os índios viviam dispersos no mato e com fome e muitos estavam doentes vitimados pelo sarampo. A intenção das autoridades do distrito em Lages, pelo menos na voz de seus Chefes de Polícia, sejam eles Delegados ou Inspetores, era de expulsar o povo Kaingang comandado pelo Capitão Doble de volta para Vacaria. Inclusive pelos estragos que estavam fazendo nas roças, já se levantava a costumeira hipótese da violência autorizada. A “guerra é justa” desde que autorizada pelo governo ou como defesa às agressões sofridas. Ora, o desejo era agredir violentamente os indígenas de Doble mas temiam fazê-lo sem autorização do governo. A expressão usada pelo Inspetor de quarteirão da localidade de Baguais, Joaquim da Costa Varella, é sintomática: “os violentar rigorosamente”. O povo não indígena clamava por seus mantimentos e então a *violência rigorosa*, desde que financiada pelo governo, com tropas montadas com autorização e com soldados da Guarda Nacional, e/ou com os voluntários, mas que não poderia prescindir dos componentes fundamentais a operacionalidade dessas expedições -os ‘vaqueanos’.

O inspetor usa da dissimulação, mostra carta falsificada com a assinatura de Felippe José de Souza -o encarregado dos cuidados com Doble e seu povo no Distrito de Vacaria-, dizendo que este mandava chamar a ele e seu povo para os Campos do Pontão por ordem do Presidente da Província de São Pedro. Dessa forma os Kaingang de Doble -conforme a ótica e a necessidade das autoridades distritais- de vadios viram soldados, retornam à condição de vadios e passam a ser inimigos, cuja solução é o afugentamento ou a violência rigorosa.

O Delegado responde as preocupações do inspetor Varella, com relação à Doble e seu povo, da seguinte forma:

N'este instante recebo o seu officio de 3 do corrente, e sciente do que n'elle me diz a respeito dos bugres, respondo que não tenho autorização para despender dinheiro algum com elles, e nem tão pouco para empregar meios violentos para os expulsar. No entanto vou remeter o seu officio ao Ex senhor Presidente da Provincia, para solicitar novas ordens, que logo lhe communicarei. Por em quanto será bom que Vos Mece diga ao Dobre que se abstinha de fazer estragos nas roças dos moradores, pois que a continuar virá indubitavelmente ordens do governo para os fazer evacuar o Districto. Os moradores que não

17. Correspondência do Inspector dos Baguaes Joaquim da Costa Varella ao Delegado de Lages Guiherme Ricken sobre a permanência e problemas causados pelos bugres naquele quarteirão, em 03 de Abril de 1855. APESC. Série: Ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da Província (1842-1892). Acervo 1, estante 3E, caixa 36. Transcrição Paleográfica Índios, pp. 23-23v.

18. Correspondência do Delegado de Lages Guilherme Ricken ao Inspector dos Baguaes Joaquim da Costa Varella sobre os procedimentos para com os Bugres que permaneciam naquele quarteirão, em 6 de Abril de 1855. APESC. Série: Ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da província (1842-1892). Acervo 1 estante 3E, caixa 36. Transcrição Paleográfica Índios, p. 24.

querem suprir com nada, não são a isso obrigados, e sim para ajudar a vos mece na conservação da ordem, e tranqüilidade no seu Quarteirão. Em breve porem espero poder dar-lhe ordens mais explicadas devendo vos mece e os moradores no enquanto estarem alerta, para não sofferem por qualquer surpresa que os bugres por ventura poderão intentar.¹⁸

A resposta está vinculada à precariedade, não há verbas para a manutenção dos indígenas e não há autorização para empregar meios violentos para expulsá-los, e que se avise Doble, que caso continue os estragos nas roças dos moradores, virá indubitavelmente ordens do Governo para que fossem evauciados do Distrito. Ao entrar o mês de abril de 1855 Doble ainda está nos campos de Lages, no quarteirão de Baguais, conforme comunicaria o Delegado Ricken ao Presidente da Província:

Recebi hoje participação do Inspector dos Baguaes de que os Bugres manços do Dobre continuão a conservar-se nos Mattos da quelle quarteirão, e a destroçar as roças dos moradores que amargamente se queixão. Por este officio que incluso remetto a v. Ex^a.melhor verá o que há á respeito. Por hum trecho do mesmo officio em que diz que o Dobre se queixa de que sua gente está com muita fome desconfio d'estes bugres, pois que no matto onde estão há abundancia de caça e de mel. Está claro que não querem voltar a Vaccaria, e como também He conhecido, que não queiram sugeitar-se ao trabalho, He de receiar que de repente facão alguma violência nas casas dos moradores e depois se retirão para o matto para não sahir mais. Vai também copia da resposta que dei ao Inspector.¹⁹

19. Correspondência do Delegado de Lages Guilherme Ricken ao Presidente da Província João José Coutinho sobre a permanência e os problemas causados pelos Bugres mansos do Dobre no quarteirão dos Baguaes, em 6 de Abril de 1855. APESC. Série: Ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da província (1842-1892). Acervo 1 estante 3E, caixa 36. Transcrição Paleográfica Índios, p. 25.

Os Kaingang eram modelados de forma incansável pelo processo de invasão de seus territórios. Cerca de quase dois meses depois que tinham atravessado o rio Pelotas e de sua atuação como expedição de destruição e captura a serviço da Província, a qual a realizaram de forma muito bem-sucedida no que se refere aos interesses principalmente dos moradores, já que lutaram em substituição a estes contra os ataques dos “temíveis” botocudos -os Xokleng-, os comandados de Doble são esquecidos de seus valiosos serviços. Contaminados pelo sarampo, vivendo no mato e com fome, e assim mesmo expulsos. Dessa maneira termina o período de Doble nos campos de Santa Catarina. A expedição que realizou -e que, normalmente, tinha um custo ao governo significativo- rendeu-lhe apenas alguns tecidos, e meia dúzia de facas. Comparadas com outra expedição um ano depois, é que se pode verificar a eficiência do trabalho de Doble e seus comandados.

No dia 19 de dezembro de 1856, os Xokleng voltaram a atacar no quarteirão de Bandeirinhas perto do rio Canoas, matando o cavalo e escapando com vida Gaspar Muniz de Saldanha. O Delegado, junto com os moradores, providenciou uma escolta de vinte e nove homens que entrou no mato dia vinte e seis de dezembro e retornou dois dias depois, “por ter cahido em hum fajjo feito pelos gentios e ferido-se gravemente em huma perna hum dos vaquianos da mesma Escolta que por Ella foi conduzido em huma rede, e está sendo tratado a expensas do Governo”.²⁰ O Delegado decide não fazer uma segunda entrada com nova escolta nas matas próximas à vila de Lages, já que não dispunha de recursos, e pedia ao presidente da província, João José Coutinho, que lhe enviasse pelo menos pólvora e bala.²¹ O reconhecimento do terreno e seu mapeamento, como fez Doble, era fundamental para a execução de uma patrulha, seja ela de combate, captura ou perseguição. Estes fajjos, ou buracos de bugre constituíam-se como armadilhas para o oponente, que dificultavam a ação das escoltas, e a queda em um destes buracos, por um ou mais combatentes,

20. Correspondência do Delegado de Lages ao Presidente da Província João José Coutinho sobre o aparecimento dos Gentios Bugres no quarteirão de Bandeirinhas, em 31 de dezembro de 1856. APESC. Série: Ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da província (1842-1892). Acervo 1 estante 3E, caixa 36. Transcrição Paleográfica Índios, p. 27.

21. Correspondência do Delegado de Lages ao Presidente da Província João José Coutinho sobre o aparecimento dos Gentios Bugres no quarteirão de Bandeirinhas,...

podia determinar o fim de uma expedição, como foi o que aconteceu em 1856. Transportar um ferido na mata, morro acima e morro abaixo, era algo perigoso e que inviabilizava o cumprimento da missão. Novamente, os rumos dos acontecimentos também iriam determinar as futuras posições de Doble e seus comandados. De retorno para os campos de Vacaria, sua sorte novamente iria mudar.

A última fronteira e os últimos passos de Doble

Depois do assassinato de Nicué e o falecimento dos já idosos Nonoai e Votoro, e das aventuras nos campos de Lages, Doble retorna aos campos do Pontão. Um novo atentado, com destruição, mortes e pilhagem, cuja autoria mais uma vez foi atribuída aos grupos de Pedro Nicafim e ao Clã Nicué, faz com que um novo rol de acontecimentos seja desencadeado. O resultado do ‘assalto’ foi o assassinato de várias pessoas e, entre elas Clementino dos Santos Pacheco, um dos interessados nos campos de Nonoai e Passo Fundo. O Barão de Muritiba, no mesmo relatório, com relação à Doble, que continuava no Pontão próximo às terras de Felippe José de Souza e Francisco Ignácio Ferreira, dizia “Que não fosse coagido a deixar por ora o lugar onde vivi em paz”.²² Atenção para este excerto, porque Doble, em sua ação, havia essa duplicidade. Doble não estava tão em paz, pelo menos não no que se refere a seus rivais Nicafim e Manuel Grande. Era a hora decisiva. Doble, principal ator na caçada a Nicué, podia dar a cartada final, eliminar Pedro Nicafim e o último do Clã dos Grandes, Manuel Grande. Doble não iria perder essa oportunidade e junto com os aliados, o primo Fongue e seu filho Antonio Prudente, estará na expedição de caça aos grupos de Pedro Nicafim e Manoel Grande, montada pelo Diretor do aldeamento, o Padre Antônio de Almeida Lente Penteado, que assim relatou em ofício ao Presidente da província de São Pedro:

No dia 15 expedimos duas escoltas, húa de 13 Indios da Tribu do Prudente, e outra de 18, sendo onze homens nossos, 4 Indios da tribu do Fongue, o Cacique Doble com 2 seos soldados. No dia 16 tive parte de ter a nossa escolta dado no poizo dos assacos á uma legoa distante désta Freguesia, e de ter feito função com a outra. Para a perseguição e captura: creio que serão presos ante a actividade p. q., digo, com que são perseguidos por esta escolta.²³

Em 15 de março de 1856, foram lançadas as escoltas de perseguição e captura. A documentação não traz a data precisa em que os soldados da Cia de Pedestres, junto com os guerreiros de Fongue, Antônio Prudente e Doble, localizaram o alojamento onde se encontravam Pedro Nicafim, Manuel Grande e seus comandados, donde resultou a morte de Pedro Nicafim, conseguindo fugir Manoel Grande. Ora, como o Barão de Muritiba em fins de abril já comunicava tal fato, é possível que tenha ocorrido entre o fim de março e o início do mês de abril. O interessante é que no relatório, o Barão de Muritiba, ao falar dos crimes cometidos inclui na relação dos homicídios o assassinato de Pedro Nicafim e seu grupo, e os conduz à ideia de suspeição de terem cometido o ataque à fazenda dos três serros de Clementino dos Santos Pacheco. “Entre os homicídios enumerados, figurão os do Indiano Nicafim e de três outros seus companheiros, supostos autores ou cúmplices do atentado dos três serros, mortos como resistentes à escolta que os seguia”.²⁴

Com relação a Manoel Grande e sua fuga, João Cypriano da Rocha Loures ao dirigir interinamente o aldeamento de Nonoai,²⁵ em ofício ao Vice-presidente da província do Paraná, informa que após os assassinatos na fazenda dos

22. Relatório do Conselheiro Manoel José Vieira Tosta - Barão de Muritiba, ao entregar a Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Conselheiro General Jerônimo Francisco Coelho no dia 28 de Abril de 1856. Porto Alegre, Typografia do Mercantil. Cathequese e Civilização dos Índigenas, p.27.

23. Ofício do Diretor de Nonohay, Padre Antonio de Almeida Leite Penteado ao Presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Barão de Muritiba, em 18 de março de 1856. AHRS. Seção Manuscritos. Arquivo Índios. Diretoria de Aldeamento. Aldeia de Nonohay. Correspondência ativa do Padre Antonio de Almeida Leite Penteado-1956, maço 2.

24. Relatório do Conselheiro Manoel José Vieira Tosta, Barão de Muritiba, ao entregar a Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Conselheiro General Jerônimo Francisco Coelho no dia 28 de Abril de 1856. p. 8, crime.

25. Relatório do Conselheiro Manoel José Vieira Tosta, Barão de Muritiba, ao entregar a Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul....

26. Correspondência de João Cypriano da Rocha Loures Diretor Interino da Aldeia de Nonohay ao Vice-presidente da província do Paraná Engenheiro Henrique de Beaurepaire Rohan, em 29 de março de 1856. Informa o assassinato de homens em uma fazenda, cometidos por índios comandados por Manoel Grande, e que fugiram para Palmas. APPR. Fundo Administração Provincial, DGI. 36, Cx 20, AP 27, 3.227.

27. Relatório do Presidente da Província e Comandante de Armas general Jeronymo Francisco Coelho, na abertura da Assembleia Provincial em 15 de dezembro de 1856. Porto Alegre, Typografia do Mercantil, 1856. Indios, p. 103.

28. Relatório do Presidente da Província e Comandante de Armas general Jeronymo Francisco Coelho na abertura da Assembleia Provincial...

29. Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul o Commandador Patrício Correa da Câmara, na abertura da Assembleia Provincial em 11 de Outubro de 1857. Porto Alegre, Typografia do Mercantil, 1857, Catêcheze, p. 25.

três serros Manoel Grande e seu grupo lograram a fuga e refugiaram-se na direção de Palmas e pedia para que fossem tomadas as providências de dar perseguição ao “terrível malfeitor e seu bando”.²⁶

A história desses fatos é narrada também pelo próximo Presidente da província, Jerônimo Francisco Coelho, em relatório de dezembro de 1856 que inicia o relato afirmando que o aldeamento de Nonoai estava situado no município de Cruz Alta, próximo à margem esquerda do rio Uruguai e ao arroio do Passo Fundo de Missões. No ano findo compunha-se de 938 indivíduos, concentrados “por ordem do Presidente desde o anno de 1853”.²⁷ Isso feito, o relatório passa a narrar os acontecimentos que envolveram muitos assassinatos, perseguições e consequente desmantelamento do aldeamento unificado, e a retração do Comandante dos Índios em Nonoai -Vitorino Condá- que estratégicamente atravessa o rio Chapecó e retorna ao Paraná aos seus Campos do Covô -Campos de Palmas.

O mesmo relatório em relação a Doble, dizia:

Acha-se hoje no lugar do Pontão e Distrito de Vaccaria, nas imediações das fazendas de Francisco Ignácio Ferreira e Felipe José de Souza, sob cuja proteção vivem inoffensivos e pacificamente, julgo conveniente não violentá-los a recolherem-se a Nonohay.²⁸

Mais uma vez, Doble não estava tão pacífico assim pois continuava prestando seus serviços para as expedições dos não-indígenas, principalmente quando estas atividades de guerra e caça aos indígenas eram contra rivais em potencial, facções inimigas cujo extermínio lhe era assaz interessante. Como a expedição contra os indígenas de Manuel Grande, cujo alojamento fora descoberto na serra geral com a consequente perseguição e morte dos que estavam sendo caçados, conforme segue no relatório do Vice-Presidente da Província Patrício Corrêa da Câmara em 1857:

Depois da morte de Clementino dos Santos Pacheco, foram perseguidos os assassinos deste; alguns se achão presos, e outros foram mortos pelos mesmos índios, havendo-se escapado o chefe Manoel Grande e mais 3 ou 4, os quais sendo descobertos na Serra Geral no dia 22 de julho do corrente anno, e perseguidos por uma partida dos Indios de Nonohay, foram mortos no encontro o chefe, dous Indios e uma china, evadindo-se somente dous do grupo desta horda de assassinos: com este acontecimento ficou aquelle distrito desassombrado desse assassino furioso, Manoel Grande.²⁹

Com a morte de Manoel Grande termina a saga do “clã dos Grandes”. E assim, em São Pedro, nos campos e matas de Cima da Serra, Doble estabelece sua liderança. Está claro pela documentação estudada que as lideranças indígenas se aliavam a lideranças não-indígenas. Essas relações não podem ser descartadas de imediato como desinteressadas e por vezes solidárias, mas é claro que não se pode deixar de pensar que a princípio o que contava eram as relações de mútuo interesse. Para os fazendeiros, ter alguma forma de poder sobre as populações indígenas poderia significar ter uma forma de ascensão política neste mundo fronteiriço, e facilitado o acesso à posse de novas terras. Pedro Nicafim e o clã dos Grandes foram derrotados não apenas pelas ações dos colonizadores, mas também com ações de Doble e seus comandados. Tais ações estariam embutidas de uma teórica colaboração com autoridades do governo, quando em realidade o que fazia Doble era manter a si e ao seu povo vivos e consequentemente sua liderança.

No ano seguinte, o governo provincial tenta reunir uma vez mais os Kaingang de Doble em um aldeamento, e da mesma forma que o aldeamento do Pontão, de vida efêmera, surge o de Santa Izabel em 1858.³⁰ No ano de 1860 o governo relatava que os Kaingang comandados por Doble e que estavam no aldeamento de Santa Izabel eram os responsáveis por assaltos e correrias na região.³¹ Com a extinção do aldeamento por falta de verbas ou de disposição de Doble para se aldear, os anos seguintes são testemunha de um novo deslocamento de Doble e seus comandados que passam a viver próximo a localidade de Lagoa Vermelha em uma colônia militar recém-criada no ano de 1859, a Colônia Militar de Caseros. O nome era uma homenagem à batalha de 1852 quando as tropas imperiais, em conjunto com as tropas uruguaias e argentinas unitárias do General Urquiza, derrotaram as tropas argentinas federadas do General Rosas, em uma localidade chamada Monte Caseros nos arredores de Buenos Aires. O relatório provincial de 1862 indica que ao ser extinto o aldeamento de Santa Izabel, as autoridades pretendiam com que os chefes indígenas se encaminhassem para Nonoai. Porém, a tentativa não alcança sucesso e o cacique Doble, juntamente com outros chefes, acaba por ser instalado na Colônia Militar de Caseros (Bringmann, 2010). O relatório destaca ainda que: "Tendo vindo a esta capital alguns d'aquellos Caciques, não foi possível convence-los da conveniência de se transferirem ao aldeamento de Nonohay; o que talvez mais tarde se consiga".³²

Durante os anos de 1863 e 1864 vão ser delineadas as últimas caminhadas do Comandante Doble. Nesse tempo continuou vivendo na localidade de Lagoa Vermelha, na Colônia Militar de Monte Caseros. Sua última viagem a Porto Alegre foi relatada no ano de 1864, por um naturalista de nome Reinhold Hensel que visitou o norte da província de São Pedro a serviço da Real Academia de Ciências Buchdruckerei de Berlim; e nessas andanças percorreu os Campos do Meio e de Vacaria, e a Colônia Militar de Monte Caseros como indica Francisco (2013). Encontrou o Cacique e seu grupo quando estavam na capital de São Pedro junto ao Presidente da Província para receberem o pagamento por mais uma prestação de serviço ao governo. De acordo com Hensel (1928: 69) "tinha vindo á capital com uma parte de sua gente e com um transporte de cerca de trinta coroados selvagens, afim de vir receber do Governo uma recompensa especial por esta importante captura".

Geralmente o pagamento por serviços prestados pelos indígenas eram roupas, ferramentas e alimentos. De acordo com Souza (2015), Doble estava em Porto Alegre -capital da província de São Pedro- com uma comitiva de guerreiros e um grupo Kaingang de prisioneiros em torno de trinta pessoas, a história indígena tem demonstrado que os cativos de guerra ou por rendição eram vendidos ou oferecidos como presente a famílias abastadas que necessitassem de mão de obra. Assim como na vila de Lages em Santa Catarina, também aqui Doble desejava que lhe pagassem em moedas (patações), mas o que recebia era o de sempre: roupas usadas, algo de comer e ferramentas velhas. Durante a sua permanência em Porto Alegre, o cacique e sua gente foram contaminados pelo vírus da varíola que se manifestou quando retornaram ao aldeamento, causando muitas mortes entre os indígenas, inclusive a do próprio cacique Doble (Hensel, 1928: 69). Ironicamente a tal recompensa especial a que se refere Hensel não veio nem em patações nem em salários, mas muito provavelmente, como sugere Laroque (2009: 108), em roupas contaminadas por varíola de soldados infectados nas guerras. Esta seria a última vez que o cacique atravessaria fronteiras encontrando a última e derradeira viagem.

30. Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial em 5 de novembro de 1858. Porto Alegre, Typografia do Correio do Sul, 1858, p. 29.

31. Relatório apresentado à Assembleia Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 1.a sessão da 9.a legislatura pelo conselheiro Joaquim Antônio Fernandes Leão em 5 de novembro de 1860. Porto Alegre, Typografia do Correio do Sul, 1860, p. 36.167.

32. Relatório apresentando pelo presidente da província do Rio Grande do Sul, desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha, na 1.a sessão da 10.a legislatura da Assembleia Provincial em 1 de setembro de 1862. Porto Alegre, Typografia do Jornal A Ordem, 1862, pp. 39-40.

Conclusões

As aventuras do Cacique Doble ensinam que para entender a fronteira não se pode abandonar a ideia de territorialidade, porém o conceito de um espaço zonal que abriga a linha-limite separando dois territórios ou duas estruturas espaciais; uma fronteira linear, limítrofe entre dois territórios, ou entre conflitantes de uma região, preso à concepção de uma linha divisória entre oposições que não interagem entre si, é refutado. A fronteira que descortinou o Cacique Doble é um lugar, à exemplo do que diz Ferrari (2010), de múltiplas ações e de interações entre os mais distintos matizes que, independente da vontade de uma linearidade, normalmente preponderante e como tal construtora de mudanças impostas, corrompe esta vontade determinando múltiplas linhas de sentido e direção diversas, de encontro e desencontro, que se perdem em um emaranhado de relações complexas. Essas múltiplas relações vão acontecer entre grupos indígenas e não indígenas ao longo da expansão do império luso-brasileiro. A fronteira nessa perspectiva é um lugar de encontros e desencontros, de alteridade, onde o conflito social não pode ser relegado a um segundo plano, mas antes é primordial para se entender o mundo fronteiriço. Entre as análises a proceder, uma delas é a possibilidade de um pensar sobre uma nova discussão com a história e a historiografia onde o mito do conquistador glorioso, do pioneiro migrante, cai por terra como propõe Klug (2009), e surge com força a história de homens e mulheres em um lugar onde estar vivo ou morto pode ser apenas uma questão de sorte, probabilidades e disposições mutáveis. Na fronteira os despossuídos, independentemente de suas cores, procuram a sobrevivência no dia a dia. Indubitavelmente em nosso caso, incorremos para uma fronteira muito perigosa -as frentes da expansão colonial.³³ As frentes de deslocamento da população com sua civilização e as atividades reguladas pelo mercado inerente, e seu movimento em direção às terras indígenas nos campos e matas sul brasileiras. Esse processo é antes de tudo uma operação intempestiva às populações originárias. O que se vê através das análises das fontes históricas pertinentes é que um verdadeiro flagelo se abateu sobre esses povos, que às vezes se deixavam entregar nas vilas e cidades como cativos para não morrerem de fome ou vitimados pelas epidemias. O que fica claro é que as lideranças indígenas atuavam de forma múltipla suas ações e estratégias que envolviam algo vital para as negociações e a sobrevivência e manutenção de seu grupo. Nesse sentido, resta ao ofício de historiador entendê-los como são todos os personagens arrolados em qualquer acontecimento: como sujeitos históricos em suas condições específicas de existência. Algumas conclusões que se possam chegar conduzem indubitavelmente a complexidade da atuação das lideranças, que ora estavam de um lado ora do outro. As relações entre indígena e não-indígenas foram também jogos de interesses ambíguos e múltiplos, relações inclusive políticas e diplomáticas, onde algumas lideranças indígenas atuaram como negociadores entre a paz e a guerra dentro de sua concepção e visão de mundo na qual as fronteiras eram suas e as interpretavam como seu lugar de vivência e morada.

³³. Os antropólogos, a partir dos anos cinquenta do século XX, foram os que divulgaram no estudo da temática sobre as fronteiras a nomenclatura *Frente de expansão* para definir as frentes de deslocamento da população civilizada e das atividades econômicas de algum modo reguladas pelo mercado conforme Martins (1997), que prefere esse termo em detrimento de *frente pioneira* por entender que a denominação frente pioneira está ligada a uma história épica dos colonizadores europeus e brasileiros enquanto que a *frente de expansão* está ligada a demografia e a ocupação da terra dentro de um conjunto de relações multiétnicas.

Referências

- » Andreis, A. M. (2009). “Do poder das fronteiras às fronteiras do poder” in Colling, A. M.; Panisson, F. S. e L.F.B. Santos (Orgs); *Foucault na educação: discursos e imagens*. Ijuí/ Rio Grande do Sul, UNIJUÍ.
- » Braga, M. A. (2006). *Os selvagens da província: índios, brancos e a política indigenista no Rio Grande do Sul entre 1834 e 1868*. Dissertação de Mestrado em História. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Disponível na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD): <https://bdtd.ibict.br>
- » Bringmann, S. F. (2010). Índios, colonos e fazendeiros: conflitos interculturais e resistência Kaingang nas Terras Altas do Rio Grande do Sul (1829-1860). Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível na base de dados da BD TD: <https://bdtd.ibict.br>
- » Busolli, J. (2018). *Territorialidade Kaingang da comunidade Pó Mág em Tabaí, porção sul da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas*. Dissertação de Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento. Lajeado/ Rio Grande do Sul, Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES). Disponível na base de dados da BD TD: <https://bdtd.ibict.br>
- » Castro, P. A. (2011). *Angelo Cretã e a retomada das terras indígenas no sul do Brasil*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Curitiba, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Disponível na base de dados da BD TD: <https://bdtd.ibict.br>
- » Convenção para grafia de nomes Indígenas. (1954). Associação Brasileira de Antropología, Rio de Janeiro 1953, de modo a uniformizar a maneira de escrever os nomes das sociedades indígenas em textos em língua portuguesa. *Revista de Antropología* 2 (2): 150-152.
- » Dornelles, S. S. (2011). *De Coroados a Kaingang: as experiências vividas pelos indígenas no contexto de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul do século XIX e início do XX*. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Disponível na base de dados da BD TD: <https://bdtd.ibict.br>
- » Ferrari, M. (2010). *Conflitos e Povoamento na fronteira Brasil-Argentina*: 21-51. Dionísio Cerqueira, Barracão, Bernardo de Irigoyen. Florianópolis, Editora da UFSC.
- » Francisco, A. R. (2006). *Selvagens e intrusos em seu próprio território: A expropriação do território Jê no Sul do Brasil (1808-1875)*. Dissertação de Mestrado em História. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Disponível na base de dados da BD TD: <https://bdtd.ibict.br>
- » Francisco, A. R. (2013). *Kaingang: uma história das interações entre nativos e ocidentais durante a conquista e a colonização no sul do Planalto Meridional*. Tese de Doutorado em História. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul (PUC-RS). Disponível na base de dados da BD TD: <https://bdtd.ibict.br>
- » Hensel, R. F. (1928). Os Coroados da Província brasileira do Rio Grande do Sul. *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul* 20 (jun).
- » Kern, A.; Santos, M. C. e T. Golin (2009). (Orgs.). *Povos Indígenas V. 5. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo, Méritos.
- » Klug, J. (2009). “A Imigração no Sul do Brasil” in Grinberg, K. e R. Salles (orgs.); *O Brasil Imperial. Vol. III: 201-231*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- » Laroque, L. F. S. (2009). “Os Kaingangues. Momentos de Historicidades Indígenas” in

- Kern, A.; Santos, M. C. e T. Golin (orgs.); *Povos Indígenas V. 5: 81-108, Coleção História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo, Méritos.
- » Leite, R. F. (2006). “Nos limites da colonização: ocupação territorial, organização econômica e populações livres pobres (Guarapuava, 1808-1878)”. Tese de Doutorado em História Econômica. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo (USP).
 - » Lino, J. T. (2015). “O povoamento indígena no Sul do Brasil: as contribuições da arqueologia e da história” in Radin, J. C.; Valentini, D. J. e P. A. Zarth (orgs.); *História da Fronteira Sul: 92-108*. Porto Alegre, Letra & Vida; Chapecó-SC, UFFS.
 - » Martins, J. S. (1996). O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social. Revista de Sociologia* 8 (1): 25-70.
 - » Martins, J. S. (1997). *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo, HUCITEC.
 - » Monteiro, J. M. (2001). *Tupis, tapuias e historiadores. Estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese de Livre Docência. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Universidade Estadual de Campinas. Disponível na base de dados da BD TD: <https://bdtd.ibict.br>
 - » Mota, L. T. (1994). *As guerras dos Índios Kaingang. A história épica dos Índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá, EDUEM.
 - » Müller, D. P. (1978). *Ensaio D'Um Quadro Estatístico da Província de São Paulo (1836-37)*. São Paulo, Governo do Estado, Fac-símile. (3^a Ed).
 - » Noelli, F.S. (1999) Repensando os rótulos e a história dos Jê no sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* 3: 285-302.
 - » Piazza, W. (1994). *A colonização em Santa Catarina*. Florianópolis, Lunardeli.
 - » Pinheiro, N. S. (1992). *Os Nômades. Etnohistória Kaingang e seu contexto: São Paulo, 1850-1912*. Dissertação de Mestrado em História. Assis/ São Paulo, Universidade Estadual Paulista (UNESP). Disponível na base de dados da BD TD: <https://bdtd.ibict.br>
 - » Puhl, P. R.; Prodanov, C. C. e A. Kerber (2007). Representações étnicas no folhetim “Maria Bugra: episódio dos princípios da colonização alemã” e a construção da identidade da cidade de Novo Hamburgo. *Revista Anos 90* 14 (26): 191-214.
 - » Saldanha, J. R. P. (2015). *Selvagens, barbárie e colonos: coletivos indígenas Kaingang e o choque com a civilização no Sul do Brasil Meridional contemporâneo*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Disponível na base de dados da BD TD: <https://bdtd.ibict.br>
 - » Santos, S. C. (1973). *Índios e Brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis, Editora Edeme.
 - » Schaden, E. (1976). *Leituras de Etnologia Brasileira*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
 - » Silva, S. B. (2001). *Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jêmeridionais*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. São Paulo, USP. Disponível em Internet: www.teses.usp.br Recuperado em 15 de outubro de 2021.
 - » Silva, A. F. e A. H. F. Barcelos (2009). A “terra de ninguém”: índios e bugres nos campos de Cima da Serra in Kern, A; M. C. Santos e T. Golin (orgs.); *Povos Indígenas V. 5: 63-75, Coleção História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo, Méritos.

- » Souza, A. A. (2015). *Armas, Pólvora e Chumbo. A Expansão luso-brasileira e os Índios do Planalto Meridional*. Curitiba, Editora da Universidade Federal do Paraná (UFPR).
- » Toledo, B. F. (2020). *Aproximando os Jê Meridionais dos Centrais e Setentrionais*. Dissertação do mestrado. Campinas/ São Paulo, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Disponível na base de dados da BD TD: <https://bdtd.ibict.br>
- » Tommasino, K. (1995). *Uma história dos Kaingang da Bacia do Tibagi: uma sociedade Jê Meridional em movimento*. Tese de Doutorado em Antropologia Social São Paulo, USP. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. Disponível em Internet: www.teses.usp.br. Recuperado em 15 de outubro de 2021.
- » Wartha, R. (2018). *A história inconclusa do Vale do Itajaí: território, memória e identidade nas vozes atuais do povo Xokleng Laklânõ*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional. Blumenau, Universidade Regional de Blumenau (FURB). Disponível na base de dados da BD TD: <https://bdtd.ibict.br>
- » Veiga, J. (2006). *Aspectos fundamentais da cultura Kaingang*. Campinas, Ed. Curt Nimuendajú.